

Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.

CNPJ nº 23.826.796/0001-31



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2020. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 2020, a Companhia somou R\$28,9 milhões em receitas líquidas, aumento de R\$25,2 milhões na comparação com o ano anterior. O resultado bruto foi de R\$4,9 milhões, crescimento de R\$5,6 milhões frente a 2019. A linha de outras receitas e despesas apresentou aumento de 80,7% em relação ao ano anterior, acompanhando a maior demanda dos serviços prestados pela Companhia. No ano, o prejuízo foi de R\$2,4 milhões ante prejuízo de R\$4,7 milhões em 2019. São Paulo, 30 de março de 2021. **A ADMINISTRAÇÃO.**

| Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 | | | | Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 | | | |
|--|-------|---------------|---------------|--|-------|---------------|---------------|
| (em milhares de reais) | | | | (em milhares de reais) | | | |
| | Notas | 2020 | 2019 | | Notas | 2020 | 2019 |
| Ativo | | | | Passivo | | | |
| Ativo circulante | | 14.709 | 13.523 | Passivo circulante | | 5.193 | 1.628 |
| Disponível | | 2 | 1 | Contas a pagar | | 5.193 | 1.628 |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 2 | 1 | Obrigações a pagar | 8,1 | 4.029 | 1.045 |
| Aplicações financeiras | | 5.930 | 12.108 | Tributos e encargos sociais a recolher | | 387 | 218 |
| Aplicações financeiras | 5,1 | 5.930 | 12.108 | Impostos e contribuições | 8,2 | 670 | 143 |
| Títulos e créditos a receber | | 8.777 | 1.414 | Outras contas a pagar | | 107 | 222 |
| Títulos e créditos a receber | 6 | 8.670 | 1.365 | Passivo circulante | | 175 | — |
| Créditos tributários e previdenciários | | 107 | 49 | Contas a pagar | | 175 | — |
| Ativo não circulante | | 870 | 702 | Outras contas a pagar | | — | — |
| Títulos e créditos a receber | | 260 | — | Patrimônio líquido | | 10.211 | 12.597 |
| Títulos e créditos a receber | 6 | 260 | — | Capital social | 10,1 | 21.496 | 21.496 |
| Imobilizado | | 178 | 75 | Prejuízos acumulados | | (11.285) | (8.899) |
| Intangível | 7 | 432 | 627 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 15.579 | 14.225 |
| Total do ativo | | 15.579 | 14.225 | | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 | | | | Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 | | | |
|---|----------------|----------------------|-----------------------------|--|----------------|-----------------|--|
| (em milhares de reais) | | | | (em milhares de reais) | | | |
| | Capital social | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido | | 2020 | 2019 | |
| Saldos em 01/01/2019 | 9.496 | (4.057) | 5.439 | Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | (2.386) | (4.752) | |
| Aumento de capital com dinheiro, conforme AGE do dia 21/11/2019 | 12.000 | — | 12.000 | Ajustes | — | — | |
| Ajustes de exercícios anteriores | — | (104) | (104) | Depreciações e amortizações | 233 | 204 | |
| Prejuízo do exercício | (4.738) | (4.738) | (4.738) | Juros e correção monetária de debêntures emitidas e outros empréstimos | 1 | — | |
| Saldos em 31/12/2019 | 21.496 | (8.899) | 12.597 | Atividades operacionais | 6.178 | (7.905) | |
| Prejuízo do exercício | (2.386) | (2.386) | (2.386) | Varição de títulos e créditos a receber e outros ativos | (7.623) | (1.082) | |
| Saldos em 31/12/2020 | 21.496 | (11.285) | 10.211 | Varição de contas a pagar | 3.470 | 786 | |
| | | | | Varição de outros débitos | (133) | — | |
| | | | | Caixa líquido consumido nas atividades operacionais | (260) | (12.179) | |
| | | | | Atividades de investimento | — | — | |
| | | | | Compra de ativos imobilizados e intangíveis | — | — | |
| | | | | Compra | — | (124) | |
| | | | | Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos | — | (124) | |
| | | | | Aumento de capital | — | 12.000 | |
| | | | | Outros | 261 | — | |
| | | | | Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento | 261 | 12.000 | |
| | | | | Aumento no caixa | 1 | (303) | |
| | | | | Caixa no início do exercício | 1 | 304 | |
| | | | | Caixa no fim do exercício | 2 | 1 | |
| | | | | Aumento/(redução) no caixa | 1 | (303) | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de novembro de 2015, domiciliada no Brasil, com sede no Estado e Cidade de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 12.901, Torre Norte, 23º andar, salas 103, 105, 107 e 108 - Brooklin Paulista, e tem como objetivo social a atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, bem como o fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente em domicílio. Especializa-se no provimento de soluções digitais para a aproximação entre profissionais da saúde e pacientes, incluindo o agendamento de consultas médicas em domicílio por meio de aplicativo, além do agendamento de exames e vacinas. A Companhia tem como controladora direta a Saepar Serviços e Participações S.A. (SAEPAR) com 84,64% das ações, e tem como controladora indireta a Sul América S.A., denominada "SASA" a SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou em 25/02/2021 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2020, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). 1.1. Análise de impactos trazidos pela COVID-19: A Companhia, durante todo ano de 2020, acompanhou e segue acompanhando a evolução da pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo, e vem atuando junto a seus colaboradores, clientes, prestadores de serviços e investidores para buscar minimizar os impactos para a sociedade. Praticamente toda a equipe da Companhia segue trabalhando em regime domiciliar, com todos os processos operacionais em pleno funcionamento. Adicionalmente, a Companhia segue evoluindo no desenho de seu plano de retomada, monitorando de perto o cenário em todas as regiões e seguindo as recomendações de especialistas em saúde e segurança para planejar com cautela a retomada às estruturas físicas da Companhia. A proliferação da COVID-19 no Brasil, após sinais de retração no terceiro trimestre, voltou a apresentar uma curva de crescimento no quarto trimestre de 2020, continuando sua evolução incerta e dependente das ações das entidades governamentais e da população de cada região. A Companhia mantém o monitoramento tempestivo de sua liquidez e solvência e vem adotando medidas para garantir sua manutenção em níveis adequados. Entre tais medidas está a manutenção do rígido controle de desembolsos financeiros (custos, despesas e investimentos), preservando os investimentos programados pela Companhia em suas operações e que sejam considerados prioritários neste atual ambiente. No ano de 2020, os resultados financeiros da Companhia foram impactados por conta da política de redução da taxa básica de juros da economia pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que reduziu a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) em 2,5 p.p. no período objetivando, principalmente, mitigar os efeitos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19. A Companhia continua a acreditar na força e resiliência do seu modelo de negócio e na eficiência de seus processos. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 30/03/2021. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5). 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas adotadas:** 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: • O resultado das operações é apurado pelo regime de competência; • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente. 3.2. Ativos financeiros circulantes e não circulantes: Os ativos financeiros não circulantes e mensurados, conforme descrito a seguir: 3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.2.2. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis financeiros representados pelas contas a receber, que são mensurados, inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.2.3. Redução ao valor recuperável: Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, onde estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. 3.3. Intangíveis: 3.3.1. Intangíveis de vida útil definida: Os ativos intangíveis com vida útil definida são registrados inicialmente pelo custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas" no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. 3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. 3.5. Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com o CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas

demons

trações

financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua

efetiva

realização em

exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A principal estimativa

relacionada às demonstrações financeiras refere-se à apuração do valor justo dos instrumentos

contábeis (nota 5). Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento

contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões

ocorrem. 3.6. Normas e interpretações novas e revisadas: 3.6.1. Normas Internacionais (IFRS) e

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que

não tiveram

efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras: As

seguintes

normas alteradas e interpretações não tiveram impacto material nas demonstrações

financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações: • Definição de um negócio

(Emendas ao IFRS 3 - Combinação de negócios); • Definição de materialidade (Emendas ao IAS 1 e

IAS 8); • Alteração de referências da estrutura conceitual nas Normas IFRS; • Concessões de aluguel

relacionado à COVID-19 (Alteração ao IFRS 16) - Em vigor a partir de 01/08/2020. Normas e

interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2020

e não adotadas de forma antecipada pela Companhia: As seguintes normas alteradas e

interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou

não são aplicáveis às suas operações: • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes

(Alterações ao IAS 1) - Em vigor a partir de 01/01/2023; • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido

(Alterações ao IAS 16) - Em vigor a partir de 01/01/2022; e • Contratos onerosos - Custo de cumprir um

contrato (Alterações ao IAS 37) - Em vigor a partir de 01/01/2022. O Comitê de Pronunciamentos

Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes

correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida

para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil. **4. Gestão de riscos:** Na atividade de gerenciamento de seus recursos próprios, a

Companhia utiliza-se da estrutura de gerenciamento de riscos do grupo de empresas controlado pela

Sul América S.A. Ademais, a Administração da Companhia entende não serem relevantes os riscos

associados aos seus instrumentos financeiros. **5. Aplicações financeiras:** 5.1. Composição das

aplicações financeiras: Em 31/12/2020 o saldo das aplicações financeiras está representado pelas

cotas de fundo de investimento não exclusivo do Santander Fundo de Investimento SAS Cash Florida

Fixa, inscrito no CNPJ sob o nº 10.979.008/0001-03, no montante de R\$5.930 (R\$12.108 em 2019). **6.**

Títulos e créditos a receber: Em 31/12/2020, os títulos e créditos da Companhia somam R\$8.930

(R\$1.365 em 2019) e são compostos, basicamente, pelo contas a receber de clientes nos montantes

de R\$8.669 (R\$1.363 em 2019). **7. Intangível:** Em 31/12/2020 e 2019, nas demonstrações financeiras,

o intangível é representado conforme a seguir: